

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

AMOR MUNDI E ESCUTAS SENSÍVEIS: DIÁLOGOS COM HANNAH ARENDT NA HISTÓRIA PÚBLICA.

Álvaro Ribeiro Regiani¹

RESUMO: Pretende-se neste ensaio interpretar as correspondências entre a fenomenologia política de Hannah Arendt e aspectos teórico-metodológicos da História Oral e da História Pública. Em *A condição Humana* (1951), Arendt caracteriza o “mundo em comum” como um espaço onde a política e a comunicação surgem entre os homens. Esta esfera seria essencialmente dialógica mas, igualmente, frágil, por isso precisava ser continuamente conservada para que permanecesse humana. Entretanto, sua conservação não seria somente uma continuidade política, mas um ato de amor, o *amor mundi*. Em diálogo com Hannah Arendt, a historiadora Marta Gouveia de Oliveira Rovai em “Diversidade e amor mundi” (2020), interpretou o *amor mundi* como uma ponte para as “escutas sensíveis”. De acordo com Rovai, a mediação de múltiplas vozes no mundo pelas escutas sensíveis seria um fazer acadêmico como uma ação política e vice-versa que permite refundar espaços públicos. O mundo público para Rovai seria o espaço de troca e de aprendizado através da capacidade de criar, pensar e falar sobre nós e entre nós. Neste âmbito, objetiva-se apreender os sentidos e significados da correlação entre o *amor mundi* e as escutas sensíveis como conceitos-chave para a teoria e metodologia da História Pública.

Palavras-chave: *Amor mundi*; Escutas sensíveis; História Pública.

O mundo entre nós

A categoria “mundo” foi central na teoria política da filósofa alemã radicada nos Estados Unidos, Hannah Arendt. Na estruturação fenomenológica deste conceito, o “mundo comum” foi fundamental para reflexões posteriores, como a “natalidade”, a “pluralidade humana” e o “*amor mundi*”. Nos anos de apatridia, Arendt pensou em como recuperar os mundos privados e públicos após a ruptura gerada pelos totalitarismos nas décadas de 1930-40 em uma tentativa de conciliar a ontologia com a política.

¹ Doutorando em História PPHIS-UFG; Docente de história das Américas e das Áfricas na Universidade Estadual de Goiás - Campus Nordeste; alvaro.regiani@ueg.br

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

O conceito “mundo comum” arendtiano permite diversas interpretações e variados usos nos campos do conhecimento, tal qual elaborado pela historiadora brasileira Marta Gouveia de Oliveira Rovai. Em seu artigo, “Diversidade e amor mundi: Um compromisso em tempos sombrios” que integra o livro *História local e memória: política, cultura, identidades* (2020) organizado por André Luiz Paulilo e Maria Silvia Duarte Hadler, Rovai relaciona aspectos da fenomenologia política de Hannah Arendt com os pressupostos teórico-metodológicos da História Oral e da História pública, o que substancializa o conceito de “escutas sensíveis”.

A perspectiva teórica elaborada por Marta Gouveia de Oliveira Rovai destacou a necessidade política de superação dos “tempos sombrios” e, assim, afirmar o poder comunicativo de “agir sobre mundo”. Nesta conjunção teórica-acadêmica e prática-política, os aspectos da intersubjetividade arendtiana em correspondência com os fundamentos da História Oral e da História Pública, permitiu a Rovai definir as escutas sensíveis como um conceito teórico que se realiza na política e vice-versa:

Precisamos nos tornar uma comunidade de ouvintes, mediadores de escutas sensibilizadas, para que possamos crer, ainda, na felicidade como utopia e como ato coletivo que nos faz caminhar em direção ao “outro” e a nós mesmos, e implodir a solidão e a ideia de que os tempos sombrios sejam nosso destino (ROVAI, 2020, pp. 85-86).

Neste sentido, pretende-se analisar o percurso de elaboração do conceito de mundo na fenomenologia política de Hannah Arendt. Em seguida, contextualizar a interpretação de Marta Gouveia de Oliveira Rovai sobre Arendt para as definições das escutas sensíveis. Ressalta-se que o entrecruzamento dessas duas perspectivas não se limita a uma discussão teórico-metodológica da historiografia. Mas, na dimensão ética-política em que a escrita da história possuiu como uma orientação para evitar os poços do esquecimento das vidas humanas que se perdem em tempos sombrios.

Amor mundi

No ano em que obteve a cidadania norte-americana, Hannah Arendt publicou *A condição humana* (1958). Inicialmente, o título do livro seria *Amor Mundi*, o que expressaria duas inquietações fundamentais de sua fenomenologia política: a recuperação e a conservação do “mundo em comum”. Em parte, a definição de “mundo” de Arendt tanto representou sua trajetória de vida, da judia apátrida à judia e cidadã norte-americana quanto expressou aspectos de sua ontologia política, a “realidade do mundo e dos homens” (ARENDR, 2007, p. 60).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Segundo Hannah Arendt, nos Estados Unidos um judeu poderia ser um cidadão e continuar seguindo suas orientações culturais e religiosas sem um grande dilema público. Anos antes, em 1941, na Europa ser judia era considerado um crime. Ela, assim como milhões de outras pessoas, havia perdido a sua cidadania e passou anos como apátrida e refugiada. Nos anos 30, após denunciar atividades anti-semitas em ela foi presa, conseguiu escapar da prisão e foi para Tchecoslováquia sem nenhum documento. Posteriormente, migrou para a França e viveu anos em Paris, foi lá que ela conheceu Walter Benjamin e o seu primo Heidrich Blücher em um seminário sobre Alexandre Kojève.

Após o casamento dela com Heidrich Blücher, eles se viram novamente perseguidos pela política colaboracionista. Blücher foi espartaquista e fugiu da Alemanha durante o nazismo. Ele foi preso e algum tempo depois Hannah Arendt foi enviada para o campo de confinamento em Gurs, na França. Arendt ficou meses até perceber uma confusão entre oficiais franceses e alemães para fugir. Segundo Karin A. Fry, ela liderou uma fuga de mulheres e tempos depois “Arendt descobriu que os que ficaram no campo foram mandados, de trem, para Auschwitz” (FRY, 2010, pp. 14-15).

Em sua fuga de Gurs, ela foi para Marselha, onde inesperadamente encontrou Heidrich Blücher caminhando pela rua, ele havia sido solto pela ajuda de amigos. Após o reencontro, eles entraram em contato com o grupo de apoio do jornalista norte-americano Varian Fry para conseguir os vistos e fugirem de navio para os Estados Unidos. Hannah Arendt e Hendrich Blücher foram de trem para Lisboa e ficaram seis meses. Lá reencontraram outros recém-chegados, como o filósofo Walter Benjamin.

Escrito em espera, o artigo *Nós os refugiados* só seria publicado em 1943 nos Estados Unidos, no texto Hannah Arendt retratou os eventos traumáticos de ser uma recém-chegada e de sua vida íntima. Walter Benjamin não conseguiu os vistos para fugir da Europa e seguiu a pé para a fronteira da Espanha, impossibilitado pela fadiga e angustiado pela chegada dos nazistas, ele tirou a própria vida.

Quando soube do suicídio do filósofo Walter Benjamin, ela ficou arrasada, em seu artigo, mesmo sem citá-lo, Hannah Arendt deixou seus sentimentos em palavras:

Ao contrário de outros suicídios, os nossos amigos não deixaram explicação da sua dívida, nem acusação, nem culpa contra o mundo que forçou um homem desesperado a falar e a comportar-se serenamente até ao seu último dia. Assim, as orações de funeral que fazemos nas suas campas abertas são breves, embaraçadas e muito

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

esperançosas. Ninguém quer saber dos motivos; parecem ser claros para todos nós (ARENDR, 2013, p. 11).

Os suicídios descritos não representavam um ódio contra o mundo, mas a impossibilidade de tê-lo, algo que Hannah Arendt já havia se detido em sua tese de doutorado, intitulada *O amor em Santo Agostinho* (1929). Naqueles anos, ela considerou que havia em Agostinho uma relação entre a vida e o mundo como uma dimensão ontológica: “A vida é uma coisa que desaparece do mundo, uma coisa que não tem permanência” porque “é sempre um ainda-não ou um não mais” (ARENDR, 1997, pp. 23-24).

Em contrapartida, o mundo “tem permanência” e os que “amam o mundo” (*dilectores mundi*) expressam este amor à “criação” e não somente ao criador. Isto possibilita uma permanência neste mundo: “Todos os que amam o mundo são portanto chamados “mundo””. E concluí:

Apenas o amor pelo mundo faz de *coelum et terra* [O céu e a terra] o mundo, uma coisa mutável. A aspiração à durabilidade, que foge à morte, está ligada justamente ao que desaparece com a morte (ARENDR, 1997, p. 24).

A conservação deste mundo pelo amor permaneceu em seus escritos posteriores, mas tendo outra dimensão diante do que ela experienciou e refletiu sobre a ruptura totalitária: “[O] inferno não é mais uma crença religiosa ou uma fantasia, mas algo tão real quanto as casas, as árvores e as pedras” escreveu, pois “a convicção de que a vida é o bem maior e a morte a maior consternação, tornamo-nos testemunhas e vítimas de terrores piores que a morte – sem termos sido capazes de descobrir um ideal maior que a vida” (ARENDR, 2013, pp. 9-10).

Quando Hannah Arendt afirmava que “o sentido do termo “refugiado” mudou conosco”, ela demonstrava que a experiência de perda de mundo, o desterramento e a apatridia tornou-se um problema central para as reflexões políticas e filosóficas:

A história da nossa luta finalmente tornou-se conhecida. Perdemos a nossa casa o que significa a familiaridade da vida cotidiana. Perdemos a nossa ocupação o que significa a confiança de que tínhamos algum uso neste mundo. Perdemos a nossa língua o que significa a naturalidade das reações, a simplicidade dos gestos, a expressão impassível dos sentimentos. Deixámos os nossos familiares nos guetos polacos e os nossos melhores amigos foram mortos em campos de concentração e tal significa a ruptura das nossas vidas privadas (ARENDR, 2013, p. 7).

Em *Nós os refugiados*, Hannah Arendt era contra chamar milhões de “refugiados”, explicava “chamamo-nos uns aos outros “recém-chegados” ou “imigrantes””. Em sua percepção, um ‘refugiado’ seria uma pessoa que procura refúgio devido um ato cometido ou

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

por tomar alguma opinião política, “mas”, argumentava, “não cometemos nenhum ato e a maioria de nós nunca sonhou em ter qualquer opinião política radical” (ARENDR, 2013, p. 7).

Quando Hannah Arendt chegou nos Estados Unidos, começou a trabalhar como jornalista para diversas revistas e jornais, especialmente ligados a judeus imigrantes e norte-americanos. Mas, quando soube da natureza dos campos de concentração nazista começou a escrever sobre o ineditismo do mal radical. Em *Origens do totalitarismo* (1951), ela redigiu um texto político sobre a “decadência do que sobrou” após “duas guerras mundiais em uma geração, separadas por uma série ininterrupta de guerras locais e revoluções”:

O que resulta no problema dos refugiados, gente destituída de lar em número sem precedentes, gente desprovida de raiz em intensidade inaudita. Nunca antes nosso futuro foi mais imprevisível, nunca dependemos tanto de forças políticas que podem a qualquer instante fugir às regras do bom senso e do interesse próprio (ARENDR, 2009, p. 11).

Segundo Hannah Arendt, os movimentos totalitários visavam o “desenraizamento” dos homens do mundo para torná-los indivíduos, já massificados, em inumanos. A disseminação do mundo fictício totalitário, onde só existe uma raça dominante e que os homens seguem as leis da história e da natureza, gerou a “desesperada superfluidade” com as perdas da espontaneidade e do mundo comum. Em suas palavras, esses homens supérfluos “passam a pertencer à raça humana da mesma forma como animais pertencem a uma espécie de animais” (ARENDR, 2009, p. 335).

Os partidários desses movimentos mantinham sua política racista de eliminação de outros indivíduos e grupos étnicos considerados indesejáveis para estabelecer a dominação de uma única raça e de um único tipo de ser humano. Nas considerações feitas por Hannah Arendt, o anti-semitismo aglutinou o racismo à burocracia e promoveu a perda da esfera e da dignidade política pela impossibilidade da igualdade entre os homens, ou seja, na ausência da “suposição que podemos produzir igualdade através da organização, porque o homem pode agir sobre o mundo comum e mudá-lo e construí-lo juntamente com os seus iguais, e somente com os seus iguais” (ARENDR, 2009, p. 335).

Em sua fenomenologia, a vida política tornava iguais as diferenças entre os homens pela ação e pela fala. O espaço comum, juridicamente garantido, seria para Hannah Arendt o princípio elementar da pluralidade humana: “Não nascemos iguais; tornamo-nos iguais como membros de um grupo por força da nossa decisão de nos garantirmos direitos reciprocamente

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

iguais” (ARENDR, 2009, p. 335). Apesar das consequências dos movimentos totalitários, ela manteve em seu horizonte a dignidade da política como forma de superar os tempos sombrios.

Em outro livro, *A condição Humana*, Hannah Arendt refletiu sobre o lugar e onde as atividades humanas ocorrem. O “labor” seria relativo a sobrevivência e perpetuação da espécie e seu primado estaria contida no planeta Terra; O “trabalho/fabricação” corresponderia a construção por mãos humanas do artifício e dos artefatos que deram durabilidade ao mundo humano, onde se localiza a mundaneidade; Por fim, “ação” remete à *vita activa*, ou a vida política, lugar de fala e escuta que refletia a condição humana da pluralidade: “Ao fato de que homens, e não o Homem, vivem na Terra e habitam o mundo” (ARENDR, 2007, p. 15).

O emprego do plural para designar que os ‘homens’ e não o ‘Homem’ servia tanto para opor a centralidade do sujeito no pensamento político-filosófico a partir da modernidade quando localizar a única atividade que depende exclusivamente de outros seres humanos. Na reflexão de Hannah Arendt, as distinções entre a experiência política tradicional e a moderna refletiam, uma crítica a identidade essencialista e universal em que concebeu os homens como “repetições interminavelmente reproduzíveis do mesmo modelo”. “A pluralidade”, afirmava, “é a condição da ação humana pelo fato de sermos todos os mesmos, isto é, humanos, sem que ninguém seja exatamente igual a qualquer pessoa que tenha existido, exista ou venha existir” (ARENDR, 2007, p. 16).

A pluralidade humana tinha sua raiz na “natalidade” que “preserva o mundo para o constante influxo de recém-chegados que vêm a este mundo na qualidade de estranhos, além de prevê-los e levá-los em conta”. Na relação que Hannah Arendt fez entre a ação e a natalidade, a ação seria responsável por fundar e preservar corpos políticos e, assim, possibilitar a condição da lembrança e da história. Esta aparecia como um “novo começo inerente a cada nascimento” que “pode fazer-se sentir no mundo somente porque o recém-chegado possui a capacidade de iniciar algo novo, isto é, de agir” (ARENDR, 2007, p. 17).

Neste termos, a condição de iniciar/agir seriam condições políticas por excelência que “pode construir a categoria central do pensamento político, em contraposição ao pensamento metafísico”. Os homens, argumenta Hannah Arendt, “são seres condicionados” e “tudo aquilo com o qual eles entram em contato tornam-se imediatamente uma condição de sua existência”. Para ela, o mundo que transcorre a *vita activa* e a vida contemplativa consiste em coisas produzidas pelas mãos humanas e que adquirem um “caráter de condição de existência

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

humana”, pois “tudo o que espontaneamente adentra o mundo humano, ou para ele é trazido pelo esforço humano, torna-se parte da condição humana” (ARENDT, 2007, p. 17).

A objetividade do mundo e a condição humana complementam-se, pois sem um mundo interposto a existência humana seria impossível. Desta forma, a *vita activa*, a vida política, foi considerada por Hannah Arendt como a única atividade humana que não dependia de mediações das “coisas” ou das “matérias”. A política seria assim uma atividade essencialmente dialógica, uma forma de poder comunicativo.

Entretanto, Hannah Arendt não considerava a política uma condição inata dos seres humanos, a política poderia surgir *entre* homens, mas necessitava de um mundo interposto entre eles. Segundo suas reflexões, o mundo em comum permite a política como uma espaço para as diferenças surjam, o que condiciona à uma ontologia, tal qual interpretou o filósofo Miroslav Milovic: “Arendt vai iniciar o projeto sobre a política no contexto da diferença ontológica de Heidegger. Política faz a diferença, cria a ontologia, a possibilidade de Novo” (MILOVIC, 2007, s.p.)”.

O termo “ontologia”, do grego, era composto por dois radicais, “*on*” que designava Ser e “*to*” que correspondia à Lugar. Na re-leitura do termo feita pelo filósofo alemão Martin Heidegger, a ontologia mantinha esses radicais, mas de forma invertida, o “*Da*” (lugar) e o “*Sein*” (ser). A anterioridade do lugar em relação ao ser na definição de *Dasein* expressaria que os advérbios de lugar são determinações originárias do ser que indicam tanto a mundanidade quanto a temporalidade e a co-presença:

A interpretação da temporalidade do ser junto a, tanto o guiado pela circunvisão como o que se ocupa teoricamente do que está à mão e é simplesmente dado dentro do mundo, mostra, igualmente, como esta temporalidade já é, preliminarmente, a condição de possibilidade do ser-no-mundo, em que se funda o ser junto aos entre intramundos (HEIDEGGER, 2006, p. 539 [351]).

Desta forma, pensar o Ser na fenomenologia heideggeriana seria refletir o Lugar como mundaneidade, a imersão no tempo e os outros como condição de “ser-no-mundo”. Contudo, como interpretou Miroslav Milovic: “Heidegger ficou preso no horizonte da moderna metafísica da subjetividade”. O *Dasein* não flexiona para o plural e permanece como “diferença reificada, determinando – poderíamos dizer assim – os lugares para a aparição do autêntico”. De forma contrária à Heidegger, Hannah Arendt pensou a política em sua pluralidade, mas sem um horizonte identitário ou metafísico: “Pensar a política significa separar-se da metafísica, do

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

essencialismo. Só assim pode aparecer o Novo. A política é para Arendt o lugar da ruptura com a metafísica” (MILOVIC, 2007, s.p.).

Sem definir uma identidade fixa para os homens, a fenomenologia de Hannah Arendt permite uma abertura para os recém-chegados e para a novidade. A política enquanto pluralidade seria uma ação de iniciar/agir como um meio para a construção ou fundação de algo novo. O que segundo Miroslav Milovic: “Pensar a política, junto com a fenomenologia, significa pensá-la sem a identidade. No projeto arendtiano, em que não existe uma identidade originária da política, nós não somos os seres políticos por natureza” (MILOVIC, 2007, s.p.).

Assim, a política em Hannah Arendt adquire um aspecto de poder comunicativo que leva em conta a mundaneidade como um espaço para convivência entre os diferentes que se tornam iguais em fala e escuta:

A ação, como início, corresponde ao fato do nascimento, se é a efetivação da condição humana da natalidade, o discurso corresponde ao fato da distinção e é a efetivação da condição humana da pluralidade, isto é, do viver como ser distinto e singular entre iguais (ARENDDT, 2007, p. 191).

Conforme argumentou Milovic, “Arendt vai se liberar da ontologia heideggeriana ligada à morte e procurar uma afirmação dos outros, dos próximos”. Entretanto, a possibilidade para esta distinção ocorreria apenas na esfera apropriada, a pública:

Dada a tendência intrínseca de revelar o agente juntamente com o ato, a ação requer, para sua plena manifestação, a luz intensa que outrora tinha o nome de glória e que só é possível na esfera pública (ARENDDT, 2007, p. 193).

De acordo com a explicação da filósofa Bethânia Assy, “a promessa arendtiana” foi dignificar “o estatuto das atividades que exercemos no mundo” (ASSY. *In.* ARENDDT, 2004, p. 33). Por isso, Hannah Arendt descreveu a importância da conservação da esfera pública, “para que venha a ser aquilo que o mundo sempre se destinou a ser - uma morada para os homens durante sua vida na terra”. O aparecimento dos homens no mundo em comum permite sua distinção entre os iguais, assim o “artifício humano deve ser um lugar adequado à ação e ao discurso” (ARENDDT, 2007, p. 187).

Na fenomenologia de Hannah Arendt, estar no mundo é sempre estar com os outros como garantia para compreendermos a realidade: “ser visto e ouvido por outros é importante pelo fato de que todos vêm e ouvem de ângulos diferentes”. O oposto de compartilhar o mundo, a alienação, significaria a perda das experiências compartilhadas: “O mundo comum

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

acaba quando é visto somente sob um aspecto e só se lhe permite uma perspectiva” (ARENDR, 2007, pp. 67-68).

Ter outras perspectivas em si e tendo o mundo como possibilidade para a tornar as diferenças em convivências expressam o diálogo iniciado por Hannah Arendt sobre o *amor mundi*. Dos recém-chegados à natalidade, a ação conjunta “radica ontologicamente” os homens no mundo e sua conservação permite que os homens não nasçam para morrer, mas para começar (ARENDR, 2007, pp. 258-259). O amor ao mundo, seria a conservação desse espaço para receber as diferenças, os recém-chegados e nós mesmos quando deixamos nossa singularidade e entramos no mundo público.

Escutas sensíveis

Na compreensão da historiadora Marta Gouveia de Oliveira Rovai, as escutas sensíveis são um compromisso dialógico que incide sobre dois eixos convergentes do fazer historiográfico da História Oral e da História Pública. O primeiro eixo seria uma ação política para exercitar a colaboração entre semelhantes e o segundo seria uma epistemologia sobre os lugares do mundo para tornar visíveis as vivências. A convergência desses dois eixos nas escutas sensíveis objetivam uma dimensão da política voltada para a afirmação dos direitos às existências, das memórias e das histórias.

Essas definições sobre as escutas sensíveis partem das categorias analíticas da História Oral, em particular das realizadas pelo pesquisador René Barbier, mas também servem como procedimentos para a História Pública em sua interlocução com o mundo público. Para Marta Gouveia de Oliveira Rovai, os diálogos realizados e as narrativas produzidas pela História Oral e a História Pública visam a criação e/ou ampliação de uma comunidade de ouvintes, um lugar onde a dialogia não fique restrita à uma atividade acadêmica e, igualmente, onde a pesquisa não prescindia uma prática ética.

Neste sentido, as escutas sensíveis aproximam-se da ação comunicativa elaborada por Hannah Arendt, mesmo que não partam das mesmas orientações teóricas ou metodológicas. O diálogo entre a dimensão ética do fazer historiográfico estabelecido por Marta Gouveia de Oliveira Rovai com o agir em conjunto e o *amor mundi* de Arendt visam uma confluência com a formação de um espaço público, onde a vontade comum orientaria diálogos para entendimentos recíprocos.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

No sentido político, o mundo em comum de Hannah Arendt englobado pela comunidade de ouvintes de Marta Gouveia de Oliveira Rovai converge para a construção de um espaço público fundado nas diferenças contra a homogeneização e a banalização do mundo contemporâneo. O artigo “Diversidade e amor mundi: Um compromisso em tempos sombrios” (2020) de Rovai interpreta as incertezas do tempo presente causadas pelas manifestações de intolerância ao conhecimento e as diferentes formas de pensar e existir para a promoção de uma alternativa política. A historiadora observa que setores, considerados, conservadores e autoritários crescem com os ataques à educação, aos direitos humanos e ao conceito de bem comum, interrogando o leitor se “seriam esses tempos nosso apequenamento?” (ROVAI, 2020, p. 83).

Nas tramas teóricas e metodológicas que puxam o leitor para uma polissemia de conceitos, ideias e autores, Hannah Arendt ocupa um lugar de destaque nas reflexões de Marta Gouveia de Oliveira Rovai, em particular sobre as experiências totalitárias que ainda são conservadas atualmente:

[Que] se configuram pela existência de elementos que se encontravam nos regimes fascistas, mas também poderiam se manifestar nas democracias liberais fundamentadas nas leis de mercado. A intolerância, a massificação dos cidadãos, o desrespeito às minorias, o uso da mentira e da violência no tratamento de conflitos políticos e sociais promoveriam a apatia e no descrédito político diante de certo peso da responsabilidade de uns pelos outros (ROVAI, 2020, p. 84).

Esses elementos não seriam causais, mas quando entrelaçados contribuem para processos de alienação e de solidão. Sendo retratados nas palavras de Marta Gouveia de Oliveira Rovai em cenários de “deslocamento da solidão temerosa”, onde histórias de vida se perdem em “enormes buracos que não cicatrizam”. Assim Rovai escreve sobre setores da população que vivem cotidianamente com a violação de seus direitos como as “pessoas negras, pobres, indígenas, lgbtqi+, migrantes, mulheres, crianças, velhos, sobre quem precisamos anunciar, incansavelmente, que suas vidas importam” (ROVAI, 2020, p. 85).

A importância dada a dignidade humana serve como contraponto a cultura política autoritária brasileira feita pelo Estado e pelos “agentes de nossa história longamente racista, heterocisnormativa, patriarcal e patrimonialista, em que tomar pessoas, leis e direitos como bens privados ou descartáveis tornou-se modelo para elite” (ROVAI, 2020, p. 85). A crítica feita por Marta Gouveia de Oliveira Rovai ao modelo biopolítico e aos tempos sombrios brasileiros torna visível, política e epistemologicamente, os “outros” na história recente:

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A história do tempo presente nos convida sempre a repensar esse passado vivo, que não passa, e a nos posicionarmos pelo compromisso de caminhar em direção àquele que chamamos de “outro”, o “outro” que deve ser acolhido em sua diferença e pensado como possibilidade de nossa própria existência coletiva num contexto em que a biopolítica estimula a intolerância e o extermínio (ROVAI, 2020, p. 85).

Na definição etimológica, o ‘outro’, em sua acepção grega seria o *alien* ou, aquele que está alienado por estar/ser fora do mundo comum. Contemporaneamente, em vários círculos sociais o “outro” passa a ser identificável e categorizado por termos genéricos e “não escutado”. Contudo, na acepção feita por Marta Gouveia de Oliveira Rovai, o “outro” não foi pensado como diferença absoluta ou relativa, mas como possibilidade de existências plurais:

Em muitos lugares (inclusive na universidade), pode ser capaz de, por sua experiência diversa, nos ensinar a projetar caminhos e a “sair de nós mesmos”, rompendo isolamento e nos fortalecendo neste momento de mal estar e de introspecção muitas vezes angustiantes (ROVAI, 2020, p. 85).

Nos passos de Hannah Arendt, Marta Gouveia de Oliveira Rovai estabelece uma ponte entre a teoria e a política para repensar o outro como extensão de um todo, rompendo assim uma visão essencialista e logocêntrica própria da modernidade europeia. Em termos filosóficos, Hannah Arendt não pensou o ser, mas nas atividades que os homens fazem em sua pluralidade por meio dos lugares que ocupam no mundo em comum. Pelo qual, “ser visto e ouvidos por outros é importante pelo fato de que todos vêm e ouvem de ângulos diferentes”, dado que:

Somente quando as coisas podem ser vistas por muitas pessoas, numa variedade de aspectos, sem mudar de identidade, de sorte que os que estão à sua volta sabem que vêem o mesmo na mais completa diversidade, pode a realidade do mundo manifestar-se de maneira real e fidedigna (ARENDR, 2007, p. 67).

A manifestação da “realidade em si” na fenomenologia de Hannah Arendt sempre se faz na ação de pluralidade e tendo o mundo interposto. Contudo, como aponta a filósofa norte-americana Judith Butler, as “inevitáveis dificuldades da tradução” que se interpõe aos indivíduos que co-habitam o mundo em comum e sem uma “análise interseccional em que cada fator seja incluído no quadro final” a pluralidade irá fracassar (BUTLER, 2017, p. 132).

Mesmo sem dialogar com Judith Butler no artigo “Diversidade e *amor mundi*”, Marta Gouveia de Oliveira Rovai elabora uma análise interseccional, mas mantém a intuição original de Hannah Arendt:

Vivemos, neste momento, o perigo - para usar ainda as palavras de Arendt - da decadência da amizade, do *amor mundi*, entendido aqui como o compartilhamento da

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

vida pública. Não a vida exposta pela curiosidade e pelo escárnio; a intimidade publicizada e alimentada pelos meios de comunicação, mas o mundo em que a solidariedade que aproxima substitua a compaixão que hierarquiza vidas (ROVAI, 2020, p. 92).

Na interpretação de *amor mundi* feita por Marta Gouveia de Oliveira Rovai o caráter dinâmico do diálogo surge como solidariedade na construção de um mundo pela política: “É preciso nos inserimos no combate pela defesa da visibilidade de pessoas e grupos esquecidos, ignorados ou desqualificados. Um combate junto a eles; não somente em nome deles”. Esta inserção também reflete um posicionamento político ligado ao pensamento decolonial de naturalização da colonialidade do poder para lidar com a multiplicidade de existências e assim “refundar espaços coletivos que possam ser lugares de liberdade, de troca e de aprendizado, alimentadores da capacidade de criar, pensar e falar sobre nós e entre nós” (ROVAI, 2020, pp. 92-93).

Nesta compreensão, a perspectiva política não seria apartada da teórica, assim a História Oral e a História Pública teriam um duplo compromisso, o de romper com isolamentos/silêncios e o de criar mediadores pelas escutas sensíveis:

Contra os atos de intolerância e de violência física e simbólica, que nos assombram cotidianamente violando não apenas o direito a existir, mas também o de permanecer no tempo pela lembrança, haveria a persistência teimosa em compartilhar o mundo, as ideias e as memórias (ROVAI, 2020, p. 90).

Neste âmbito, as escutas sensíveis “como um ato coletivo que nos faz caminhar em direção ao “outro” e a nós mesmos” seriam abordagens que possibilitariam diálogos entre diferentes para “redesenhar caminhos que não permitam a normalização da precarização de vidas”. Assim, a formação da comunidade de ouvintes pelas mediações sensíveis “se originam de nossas crenças e atitudes voltadas à ideia de que todas as pessoas pertencem ao mundo e de que o mundo deve pertencer, como direito, a todas as pessoas, aqui, agora e sempre” (ROVAI, 2020, p. 96).

O diálogo com Hannah Arendt permitiu a Marta Gouveia de Oliveira Rovai refundar a fenomenologia política arendtiana como estrutura teórica da História Oral e da História Pública, mas sem perder de vista o compromisso político com o *amor mundi*: “Lidar politicamente com as memórias em sua multiplicidade e entendidas em suas disputas sobre o passado para desenhar o presente, precisamos recompor o amor e a admiração pelas coisas humanas, por meio de nosso trabalho”, explicava Rovai para “recriar nossa capacidade de nos associarmos às comunidades

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

com os quais convivemos como mediadores e ampliadores de suas vozes, por meio da palavra e da energia mobilizadora (ROVAI, 2020, p. 98).

O poder comunicativo em Hannah Arendt e do compromisso público de Marta Gouveia de Oliveira Rovai, seguem a mesma direção para um fazer político fundado no diálogo ilimitado que não antagoniza a ação e a contemplação. Em Rovai, o consenso com os outros e o direito de pertencer ao mundo passam pela denúncia da colonialidade e pela recusa de uma ciência descomprometida com a dignidade humana para que “o direito de que todos pertencem ao mundo e com a satisfação de saber que ele também pertence a todas as pessoas, mesmo as discordantes, as diferentes, as incompreendidas, mas sempre humanizadas” (ROVAI, 2020, pp. 103-104).

Das vozes que amam o mundo

Em janeiro de 1968, Hannah Arendt lançou o livro *Homens em tempos sombrios* em profundo diálogo com o tempo e o mundo em que co-habitava. Na década de 60, ela já era conhecida como teórica política de renome internacional, mas temia que os eventos políticos como o julgamento de Adolf Eichmann em 1961, o assassinato do presidente norte-americano em 1963 e a Guerra do Vietnã levassem ao renascimento ou o surgimento de movimentos totalitários. Segundo o que escreveu no prefácio:

Olhos tão habituados às sombras, como os nossos, dificilmente conseguirão dizer se sua luz era luz de uma vela ou a de um sol resplandecente. Mas tal avaliação objetiva me parece uma questão de importância secundária que pode ser seguramente legada à posteridade (ARENDR, 2008, p. 9).

O obscurecimento da luminosidade pelos tempos sombrios não seria algo novo, segundo as reflexões de Hannah Arendt, pelo contrário “não constituem uma raridade na história”. Mas, que “mesmo no tempo mais sombrio temos o direito de esperar alguma iluminação”. Para ela, essa iluminação

[...] pode bem provir, menos das teorias e conceitos, e mais da luz incerta, bruxuleante e frequentemente fraca que alguns homens e mulheres, nas suas vidas e obras, farão brilhar em quase todas as circunstâncias e irradiarão pelo tempo que lhes foi dado na Terra (ARENDR, 2008, p. 9).

As narrativas biográficas que Hannah Arendt fez em *Homens em tempos sombrios* de homens e mulheres da primeira metade do século XX, a exceção do filósofo iluminista Gotthold Lessing, estavam situados em um tempo “com suas catástrofes políticas, seus desastres morais

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

e seu surpreendente desenvolvimento das artes e ciências”. Mas, como Arendt os descrevia “poucos foram durante atingidos e nenhum deles pode dizer que foi condicionado por ela. Os que buscam representantes de uma época, porta-vozes do *Zeitgeist*, expoentes da História (com H maiúsculo), aqui procurarão em vão” (ARENDDT, 2008, p. 7).

O que Hannah Arendt procurou expor com essas narrativas biográficas foi a função do âmbito público de “iluminar os assuntos dos homens” e “proporcionado um espaço de aparições onde podem mostrar, por atos e palavras, pelo melhor e pelo pior, quem são e o que podem fazer”. Como dito acima, Arendt temia que os tempos sombrios voltassem, pois “as sombras chegam quando essa luz se extingue” (ARENDDT, 2008, p. 8).

Na interpretação de Hannah Arendt feita por Marta Gouveia de Oliveira Rovai, “quando agimos sem pensar e nos deixamos levar pelo que os outros fazem, banalizando as relações de intolerância e violência, afetamos nossa capacidade de construir o *amor mundi*”. Para Rovai, a reposição da “dignidade no mundo” seria fundada na “solidariedade e do respeito à liberdade e existência do outro” como o “antídoto a toda concepção que nos coloca como inimigos possíveis, estimulando a indiferença ou a intolerância constante que alimenta a necropolítica” (ROVAI, 2020, p. 103).

O *amor mundi* de Hannah Arendt poderia para Marta Gouveia de Oliveira Rovai “nos tirar do isolamento que paralisa, do conformismo que nos afasta e do medo que nos faz desacreditar de nós mesmos como pessoas capazes de decidir e atuar por uma coletividade mais humanizada” (ROVAI, 2020, p. 103). Não somente Arendt, mas também Miroslav Milovic e Judith Butler apontam na mesma direção que Rovai (2020) constrói sobre uma ética teórica relacionada a um “agir consistente e persistente” (p. 104), mas “também o de permanecer no tempo pela lembrança” e de “compartilhar o mundo, as ideias e as memórias” (p. 90).

Neste âmbito, as escutas sensíveis dimensionam o outro “como possibilidade de nós mesmos” e direciona a alteridade para a “interseccionalidade de gênero, raça, classe e desejo”. Conforme argumenta Marta Gouveia de Oliveira Rovai, os homens e mulheres “não nasceram para ser humilhados, destroçados e afastados, mas para serem acolhidos” (ROVAI, 2020, p. 104).

Com Arendt, a historiadora ainda demonstra a importância do “enfrentamento das práticas autoritárias, de tempos sombrios e do desalento coletivo” por meio da afirmação da fenomenologia política da filósofa alemã como possibilidade política:

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

De que todo fim na história constitui necessariamente um novo começo; esse começo é a promessa, a única mensagem que o fim pode produzir. [...] Fluindo na direção da morte, a vida do homem arrastaria consigo, inevitavelmente, todas as coisas humanas para a ruína e destruição, se não fosse a capacidade humana de interrompê-las e iniciar algo novo, faculdade inerente à ação como perene advertência que os homens, embora devam morrer, não nasceram para morrer, mas para começar (ARENDDT. *apud*. ROVAI, 2020, pp. 104-105).

O desafio apresentado por Marta Gouveia de Oliveira Rovai seria o de “fabricar a vida” e “transformar os espaços públicos” para “recriar lugares de espontaneidade, onde se possa dizer e ser ouvido coletivamente”. A comunidade de ouvintes deveria reconciliar-se com “o mundo e com as pessoas que nele vivem sob a perspectiva de que ainda estamos vivos e de que haveremos sempre de amanhecer e começar de novo” (ROVAI, 2020, p. 105).

Referências:

- ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução Roberto Raposo. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- ARENDDT, Hannah. **Homens em tempos sombrios**. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ARENDDT, Hannah. **Nós os refugiados**. Tradução Ricardo Santos. Lisboa: Lusofia:press, 2013 [Coleção Textos Clássicos de Filosofia].
- ARENDDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. Tradução Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- BUTLER, Judith. **Caminhos divergentes: Judaicidade e crítica do sionismo**. Tradução Rogério Bettoni. São Paulo: Boitempo, 2017.
- FRY, Karin A. **Compreender Hannah Arendt**. Tradução de Paulo Ferreira Valério. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**. Tradução Marcia Sá Cavalcante Schuback. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2007.
- MILOVIC, Miroslav. A condição humana na modernidade. **Cult**. São Paulo, v. 116, p. 47-51, 2007. Disponível em <https://revistacult.uol.com.br> Acesso em 16 de Jun. de 2021.
- ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. Diversidade e amor mundi: Um compromisso em tempos sombrios. In. PAULILO, André Luíz; HADLER, Maria Silvia Duarte (orgs.). **História local & memória: Política, cultura, identidade**. Campinas, SP: Unicamp/Centro de Memória, 2020.

**ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História
Rio de Janeiro/RJ, 2021**